



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA  
USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO DE Nº 71/2018.**

**CONTRATANTE:** O **MUNICÍPIO DE SOLEDADE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.738.530/0001-10, com sede na Avenida Júlio de Castilhos, nº 898, Soledade, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o senhor Paulo Ricardo Cattaneo, brasileiro, solteiro, economista, cadastrado no CPF sob o nº 454.991.010-00, portador do RG nº 1035618055, residente e domiciliado neste Município de Soledade, denominado simplesmente de **CONTRATANTE**;

**CONTRATADA:** **PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA. - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.375.607/0001-11, com endereço na Rua Padre Nóbrega, nº 400, bairro Revoredo, Tubarão, Santa Catarina, neste ato representado por *João Antônio Ruschel*, cadastrado no CPF sob o nº 396.125.700-00, portador do RG nº 4031163439, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATADA**, tendo justo e acertado o presente contrato, vinculado ao edital de *Pregão Presencial Registro de Preços de nº 70/2018*, à proposta vencedora, de acordo com as disposições da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520/2002, e respectivas alterações, resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:** O presente contrato fundamenta-se:

**I** - De acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de Junho de 1993 e da Lei Federal de nº 10.520/2002;

**II** - De acordo com as disposições do *Edital de Pregão Presencial Registro de Preços de nº 70/2018*;

**III**- Nos preceitos de direito público; e

**IV**- Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DO PREÇO:**

**2.1.** O Município contrata a empresa para a aquisição de massa asfáltica usinada a quente, conforme especificação abaixo:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor unitário
1	200	Saco	Massa asfáltica usinada a quente, para aplicação a frio, com densidade aparente entre 1,8 a 2,50g/cm <sup>3</sup> , embalada em saco, com 25kg.	R\$ 23,00 (vinte e três reais)

**2.2.** O objeto do presente contrato terá como fiscal o senhor **Marcelo Calegari**, servidor municipal, o qual está incumbido da tarefa de fiscalizar a qualidade dos produtos entregues pela empresa contratada, nos termos do artigo 58, inciso III, da Lei de Licitações e Contratos.

**2.3.** O Município poderá adquirir quantidade superior ao estipulado no item 1.1.

**2.4.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:**

- 3.1.** O pagamento será efetuado mensalmente referente aos produtos entregues no período mensal, em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal, acompanhada do atestado de recebimento dos materiais por parte da secretaria solicitante e da autorização de compras em sua via original, atendendo o que consta no item 12.1 do *Edital de Pregão Presencial Registro de Preços de nº 70/2018*.
- 3.2.** Deverão ser apresentadas as Notas Fiscais discriminadas, de acordo com a Nota de Empenho, para que após conferência, atestado e aceite pelo fiscal do contrato seja creditado em favor da Empresa, por meio de ordem bancária contra qualquer banco indicado na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 3.3.** Não serão efetuados pagamentos por meio de títulos de cobrança bancária.
- 3.4.** Quaisquer erros ou omissões havidos na documentação fiscal ou na fatura, serão motivo de correção pela CONTRATADA, e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado;
- 3.5.** No momento do pagamento será realizada consulta “on line” para verificação quanto ao cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas correspondentes, ou seja, deverão estar com a validade em dia, as Certidões Negativas de Débitos da União, Estado, Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como Certidão Negativa do FGTS;
- 3.6.** Em caso de irregularidade, o MUNICÍPIO notificará a empresa para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções pelo inadimplemento, rescisão do contrato ou a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à administração, além das penalidades já previstas em lei.
- 3.7.** Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.
- 3.8.** No caso de situação de isenção de recolhimento prévio de algum imposto, taxa ou contribuição, deverá ser consignada no corpo do documento fiscal a condição da excepcionalidade, o enquadramento e fundamento legal, acompanhado de declaração de isenção e responsabilidade fiscal, assinada pelo representante legal da empresa, com fins específicos e para todos os efeitos, de que é inscrita/enquadrada em sistema de apuração e recolhimento de impostos e contribuições diferenciado, e que preenche todos os requisitos para beneficiar-se da condição, nos termos da lei.
- 3.9.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Contratante em favor da Contratada ou da garantia apresentada. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.
- 3.10.** Fica desde já reservado ao Contratante o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega e/ou na aceitação dos serviços prestado forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação ao efetivamente contratado.
- 3.11.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES:**

**4.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Entregar os sacos de massa asfáltica em conformidade com o edital de Pregão Presencial Registro de Preços de nº 70/2018, e todos seus anexos;
- b) Entregar o material apenas mediante autorização do Setor de Compras, carimbada por funcionária vinculado a este Setor;
- c) Entregar às suas expensas os sacos de massa asfáltica, em local e horário previamente indicado pela Municipalidade;
- d) Acondicionar de forma adequada os sacos de massa asfáltica, de forma a permitir a completa preservação dos materiais, bem como a segurança durante o transporte;
- e) Entregar o material solicitado no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da solicitação, podendo ser prorrogado a critério da Administração, mediante pedido formalizado pela empresa;
- f) Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido neste contrato, no edital da licitação e documentos anexos, bem como os serviços que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- g) Entregar os materiais em estritas observâncias às legislações federal, estadual e municipal, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo o local de obra sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- h) Apresentar a nota fiscal/fatura com a massa asfáltica;
- i) Manter durante a execução do presente contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

**4.2.** É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, além do seu trabalho, o pessoal e os equipamentos necessários para o fornecimento dos itens objeto deste contrato, não respondendo o CONTRATANTE pelos encargos trabalhistas, nem perante os fornecedores da mesma, bem como perante os órgãos arrecadadores de quaisquer outros encargos e, ainda, por quaisquer acidentes que, por ventura, possam ocorrer durante a vigência do presente pacto administrativo.

**4.3.** A inadimplência por parte da CONTRATADA, com referência a encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao Município a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

**4.4.** A CONTRADA é a única responsável pelas consequências decorrentes de acidentes eventualmente ocorridos no local da obra.

**4.4.1.** Tal responsabilidade refere-se a todos os termos e consequências decorrentes de que possam advir de um acidente, em especial a responsabilidade civil.

**4.5.** O CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES:**

**5.1.** O **MUNICÍPIO** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes previstas na Lei de Licitações e Contratos:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

I – **ADVERTÊNCIA:** que poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a Entidade, independentemente da aplicação de multa moratória;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação da multa moratória.

II – **MULTA:** o Município poderá aplicar à empresa **CONTRATADA** multa moratória e multa por inexecução contratual, sendo que a multa moratória poderá cobrada pelo atraso injustificado, ou execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no edital para os compromissos assumidos:

- a) Multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por centos) por dia de atraso, sobre o valor da nota de empenho, limitado a 30 (trinta) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) Multa moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por centos) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após duas infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada a pena prevista no inciso III.
- c) Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato ao mês, *pro-rata-dia*, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano;
- d) O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 5 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à CONTRATADA a pena prevista no inciso III.

III – **SUSPENSÃO:** a suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Soledade destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicadas nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

- a) Por 6 (seis) meses:
  - i) atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo ao MUNICÍPIO;
  - ii) execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência;
- b) por 1 (um) ano:
  - i) Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pela licitante visando a frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório;
  - ii) recusar-se a assinar o Termo de Contrato e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido;
- c) Por 2 (dois) anos quando a licitante ou CONTRATADA:
  - i) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;
  - ii) Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo ao MUNICÍPIO, ensejando a rescisão do contrato;
  - iii) Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

- iv) Apresentar ao Município qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;  
v) Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município.

**IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** a declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se anteriormente for constatada uma das hipóteses abaixo e enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Soledade, que será concedida após dois anos de sua aplicação:

- a) má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo do MUNICÍPIO;  
b) evidência de atuação com interesses escusos;  
c) reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades.

**5.2.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**5.3.** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA:**

**6.1.** O material só poderá ser entregue mediante autorização de compras emitida pelo Setor de Compras pela Prefeitura de Soledade, carimbada por funcionário vinculado a este Setor.

**6.2.** A entrega deverá ser feita por conta da empresa vencedora do item, em local e horário previamente indicado pela Municipalidade.

**6.3.** O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

**6.4.** O prazo de entrega dos materiais solicitados será de no máximo 10 (dez) dias, a contar do recebimento da solicitação, podendo ser prorrogado, a critério da Administração.

**6.5.** O Município poderá adquirir quantidade superior ao estipulado na cláusula segundado presente contrato.

**6.6.** As despesas com carga, descarga, transporte, e aquelas relacionadas ou não neste contrato necessárias ao fornecimento dos produtos caberão exclusivamente à empresa contratada.

**6.7.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SEC. DIV.	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	339030240000
-----------	--	--------------

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA:** O contrato terá vigência até o final do exercício de 2018, podendo ser prorrogado, a critério da Administração.

**CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**9.1.** Todos os produtos entregues e constante neste contrato serão fiscalizados pelo Município, por meio de servidor público designado, doravante denominados Fiscalização, que terá autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

**SOLEDADE**  
Terra de Gente Preciosa  
GESTÃO 2017 2020



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**9.2.** À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

**I** - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato, e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

**II** - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

**III** - ordenar à Contratada corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos produtos entregues com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

**IV** - atestar a entrega dos produtos e seu recebimento definitivo;

**V** - encaminhar ao Serviço de Orçamento e Pagamento os documentos que relacionem as importâncias relativas a multas aplicadas à Contratada, bem como os referentes a pagamentos.

**9.3.** A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**10.1.** Constituem motivo para rescisão contratual:

**I** – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**II** – o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

**III** – a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

**IV** – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

**V** – a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

**VI** – a subcontratação total do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;

**VII** – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**VIII** – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei de nº 8.666/1993;

**IX** – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**X** – a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**XI** – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

**XII** – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**XIII** – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

**XIV** – o descumprimento do inciso V do artigo 27 da Lei de nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**10.2.** Além das penalidades previstas no edital de licitação e neste contrato, o MUNICÍPIO poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da Lei de Licitações.

**10.3.** Os serviços prestados, bem como o cumprimento das cláusulas estabelecidas no presente contrato pela CONTRATADA, serão fiscalizados pelo CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**11.1.** A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**11.2.** Para os casos previstos no item 12.2 desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**11.3.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

**11.4.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, selo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

**11.5.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da firma.

**11.6.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contato, as quais permanecerão íntegras.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:** Fica eleito o foro da cidade de Soledade, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas.

**MUNICÍPIO DE SOLEDADE**  
Paulo Ricardo Cattaneo  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Soledade, RS, 13 de junho de 2018.

**PAVSUL ASFALTOS E  
PAVIMENTAÇÕES LTDA. – EPP**  
João Antônio Ruschel  
Representante Legal  
CONTRATADA

Testemunhas:

**Giovani Spinelli de Almeida**  
Procurador do Município  
OAB/SC nº 41.666

**Marcelo Calegari**  
Operador de Máquinas

Registrado sob nº contrato 7118

Soledade, 13 / 06 / 2018